

SABUGALE

Da villa dal finatee preuilegio pera aditi
villa ser conto a sti como ho he a villa de me
tolla si oej. face moradoree tudita villa
per que sam esensoe si outree preuilegioe. si

De m manuel roj
a quantos esta nostra carta
virem fazemoe saber que abe
do nos respeito a ser cousa muito proueto
sa si necessaria ao nosso seruico de lingua
ree do estremo de nossoe Reinoe serem bem
pouoradae e por allem diso de folquar mo
de fazer moe a nossa villa dal finatee meae
Por esta presente carta lhe outorquamo
de preuilegioe si libertatee seguintes Ite
noe praz que adita villa toe nuroe a denoo
sua conto pera tudolloe omiziatoo de qual
quer parte de nossoe Reinoe que a ella sequi
serem bui buiez si acoutar pera a quellee
casoe a sti euieie como crimee si na quella

Pedras singulares (capítulo II): Outros achados arqueológicos enigmáticos do concelho do Sabugal

Marcos Osório (*)

Retomamos a divulgação dos achados arqueológicos de mais difícil interpretação existentes no Concelho do Sabugal, em especial determinadas pedras com desenhos e inscrições enigmáticas ou com estranhas morfologias.

Tendo em conta as reações positivas recebidas ao primeiro lote de pedras publicado em número anterior desta revista e a consequente troca de informações com alguns investigadores, entendemos que se justificava a continuação desta apresentação periódica.

São elencados mais alguns casos inéditos ou pouco estudados que vamos deparando nos registos de campo ou pelos núcleos urbanos, com manifesto interesse histórico e arqueológico. O texto intenta fazer uma abordagem mais detalhada a estes achados, discutindo os dados que dispomos sobre a sua cronologia, natureza e funcionalidade, a par dos devidos registos gráficos e a consequente pesquisa de paralelos na bibliografia disponível.

Nesta edição foi possível aplicar outros recursos informáticos, nomeadamente a modelação fotogramétrica, através da estereoscopia, da aplicação de filtros de luz e renderização gráfica das imagens *raster* pelos *softwares* 123D Catch, Photoscan, MeshLab e Quantum GIS. Esta técnica possibilitou a observação de pormenores menos visíveis nas fotos e nos decalques, contribuindo, de sobremaneira, para aferir pequenos detalhes esclarecedores dos grafismos, em pontos duvidosos, ou para conseguir melhores leituras dos textos epigráficos em questão.

Reuniu-se um novo conjunto de exemplares que mereciam reflexão, pela sua invulgaridade e pelo contributo informativo que proporcionam, enumerando-se achados de natureza artística, simbólica, religiosa ou meramente funcional, fundamentalmente das cronologias medievais e modernas. Contudo, muitos outros aguardam divulgação

em próximas publicações.

A diversidade de temáticas é grande e leva-nos a correr riscos. As propostas interpretativas sobre estes testemunhos singulares não podem ser, por conseguinte, consideradas definitivas e poderão requerer posteriores reavaliações (especialmente nas leituras epigráficas). O nosso objetivo foi apenas lançar hipóteses, proporcionando aos leitores destas linhas, achegas para o conhecimento histórico desta região e sugestões para a compreensão de achados similares em outras partes do território peninsular.

1. Estela reutilizada como cruzeiro (?)

Vilares (Baraçal)

Época pré-histórica e/ou medieval

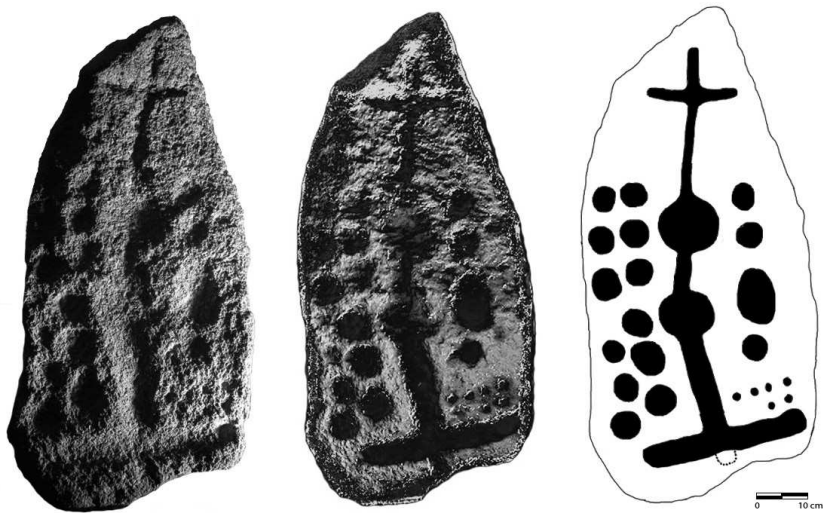


Fig. 1 - Representação fotográfica, modelação tridimensional e decalque da face principal do cruzeiro do Baraçal.

Na exposição de peças arqueológicas da antiga escola primária do Baraçal, encontra-se uma pedra singular que estava anteriormente guardada na casa do Sr. Joaquim Augusto Afonso (ex-presidente da Junta de Freguesia), quando a vimos por primeira vez.

Segundo indicação local, ela terá sido descoberta pelo seu antigo proprietário num muro que delimitava um caminho, no lugar dos Vilares – sítio onde já foi localizada uma importante estação arqueológica de época romana, bem como algumas sepulturas escavadas na rocha de cronologia medieval (Osório, 2006: 71). A 100 metros para sul deste lugar foi também identificada, em 1984, a estela de guerreiro do Bronze Final do Baraçal I (Curado, 1984b).

O achado arqueológico corresponde a uma pequena laje de granito grosseiro, mal afeiçãoada, de contornos irregulares e com cabeceira de

morfologia subtriangular (Fig. 1). A peça é longitudinalmente côncava, tendo 96 cm de altura, com 35 cm de largura no topo e 46 cm na base, variando na espessura entre um mínimo de 5 cm e um máximo de 17 cm.

A face frontal apresenta em destaque uma figura cruciforme assente sobre grande cavidade circular (com 12 cm de diâmetro), embora não se descarte a possibilidade de serem duas cruzes opostas, pelo facto de haver duas depressões circulares, uma haste horizontal inferior e um verosímil prolongamento da haste central.

Nos dois terços inferiores da peça observam-se várias covinhas circulares dispostas assimetricamente, 4 do lado direito da cruz e 12 do lado contrário, com dimensões que variam dos 5 aos 7 cm de diâmetro, sendo a maior de morfologia oval (12X6 cm). Há ainda, na base direita, um conjunto de 6 minúsculos pontos picotados (de 1,3 a 1,5 cm de diâmetro), arrumados em duas fiadas paralelas à haste horizontal inferior.

Uma cronologia antiga não seria de estranhar, dado o aparecimento frequente destas covinhas na arte rupestre, em esteios de dólmenes, em menires ou em estelas (Henriques, Caninas e Chambino, 1995; López Plaza, 1999).

Os cruciformes simples também foram muitas vezes representados no período pré e proto-histórico (veja-se a título de exemplo o monólito identificado no concelho do Sabugal: Caninas *et alii*, 2011) e surgem frequentemente associados a covinhas (López Plaza, 1999: 302; González Cordero e Barroso Bermejo, 1996-2003).

Sendo a temática decorativa bastante comum em âmbitos rupestres, não seria improvável que esta peça correspondesse ao fragmento de um penedo rochoso gravado. No entanto, a concavidade da face gravada e a disposição dos elementos representados por toda a superfície talhada, levam-nos a rejeitar esta hipótese.

Dado que a peça não dispõe de qualquer pé, desconhecemos a sua posição original. Provavelmente funcionaria na vertical, sendo o topo da composição pétrea formado pela extremidade mais apontada (Fig. 1), contudo a possibilidade de existirem duas cruzes opostas e o perfil longitudinal da peça contrariam a colocação vertical (assente sobre a parte com menor espessura).

A pedra parece ter sido afeiçoada previamente à gravação e o monumento pode ter um fabrico mais recente, apesar do seu estado rudimentar. Datando apenas do período medieval ou moderno, as



Fig. 2 - Cruzeiro de Aldeia da Dona (Nave).

enigmáticas depressões circulares terão que ser consideradas como manifestações decorativas ou até de carácter lúdico, tal como a presença de cruzes lhe confere, de imediato, funções religiosas ou funerárias.

Neste sentido, embora uma cabeceira ou tampa de sepultura não fossem hipóteses a descartar (dada a proximidade a sepulturas antropomórficas), a possibilidade de ser um cruzeiro é elevada, já que ela estava integrada no muro que delimitava um caminho. Neste caso, as covinhas explicar-se-iam como meros adereços decorativos.

Existe um cruzeiro num caminho próximo de Aldeia da Dona (Nave, Sabugal) com o mesmo formato grosseiro, cabeceira subtriangular e com cruz assente sobre larga base horizontal, que se assemelha muito a este exemplar e constitui o melhor paralelo. Contudo, este não apresenta covinhas (Fig. 2).

A possibilidade de existirem dois momentos de gravação também não se despreza, tendo em conta que a cruz superior foi esboçada com um traço mais fino e distinto da rudeza dos restantes elementos (Fig. 1). Porém, as covinhas dispõem-se de forma coerente com o elemento cruciforme e a composição apresenta uma homogeneidade que não evidencia diferentes momentos de gravação, sugerindo a contemporaneidade do conjunto e reduzindo a probabilidade de reaproveitamento de uma estela primitiva.

2. Alquiez ou pé métrico

Igreja da Misericórdia (Alfaiates)
Época medieval

Na ombreira direita da porta do lado do Evangelho da Igreja da Misericórdia de Alfaiates, apenas a 26 cm da soleira, encontra-se gravada uma figura de simples descrição, mas de difícil interpretação (Fig. 3). Nesta parede foi já estudada outra singular gravura, em número anterior desta revista (Osório, 2013: 86).

A figura possui 29 cm de altura e 9 cm de largura máxima, apresentando a fisionomia de um pé ou de uma sola. O traço é vigoroso e está bem conservado, apesar da passagem do tempo (Fig. 4).

A representação de pés



Fig. 3 – Localização da gravura na ombreira da porta da igreja.

humanos (podomorfos) é frequente na arte rupestre pré e proto-histórica (García Quintela e Santos Estevez, 2000: 6-7), isolados ou aos pares, descalços ou calçados (Llinares García, 2009: 40). Contudo, é menos comum o seu aparecimento em paredes de igrejas.

Figuras enigmáticas gravadas em espaços religiosos tendem a ser, frequentemente, interpretadas com carácter simbólico e devocional, o que não é o caso. Parece-nos que a hipótese mais plausível é a gravação de uma medida padrão.

As suas dimensões correspondem, de facto, à medida do ‘pé’ métrico (equivalente a 29,5 cm), que desde a Época Clássica serviu de referência na contagem de distâncias (Carvalho, 1998: 185).

O traçado ortogonal preservado na malha urbana da povoação, à maneira das *bastides* europeias que se generalizaram entre os séculos XII a XIV, divide o aglomerado em quarteirões regulares de 73X30 m (equivalente a 250X100 pés), com 3 eixos longitudinais de 300 m, cortados por 3 transversais mais curtas de 150 m (Osório, 2014a: 35). Esta preocupação de ordenamento urbanístico do aglomerado exigiu rigorosas medições, as quais poderiam ter sido perpetuadas, para aferição, em espaço sagrado do burgo.

Mas havia uma outra medida usada no fabrico e comércio de calçado, denominada *alquiez* (*alquieze*, *alquez* ou *cueza*), que era um padrão não-linear para fazer as solas de couro e os moldes dos sapatos (Barroca, 1992: 80).

Mário Barroca, que desconhece a existência de qualquer exemplar português «que tenha sobrevivido até aos nossos dias» (Barroca, 1992: 80), julga que a sua configuração deveria assemelhar-se às representações patentes nas cabeceiras de sepultura medievais, assinalando a profissão de sapateiro do defunto (Moreira, 1994: 274 e 286). De facto, analisando os

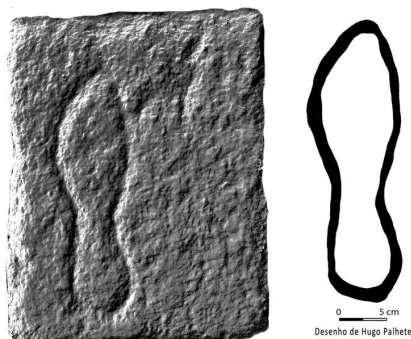


Fig. 4 – Modelo fotogramétrico da face do bloco granítico e decalque da figura.

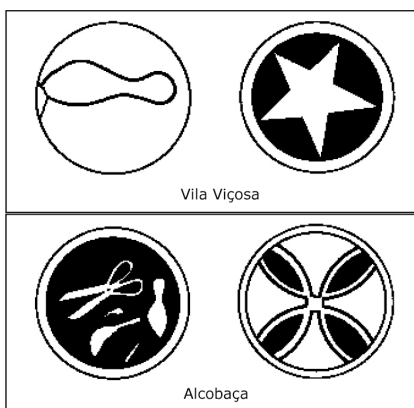


Fig. 5 – Exemplos de solas ou moldes representados em cabeceiras de sepultura medievais (In Moreira, 1994: 286 e 288).

exemplares tumulares publicados por Beleza Moreira (Fig. 5), verifica-se uma grande semelhança morfológica entre as duas figuras, que apoia esta segunda hipótese para a gravura de Alfaiates: uma medida padrão para a produção de solas ou moldes pelos sapateiros locais.

Não é estranha a sua localização na parede de uma igreja, tal como acontece, por exemplo, com a medida-padrão do côvado (empregue especialmente na transação de tecidos), exposta na Igreja da Misericórdia do Sabugal (Osório, 2013: 83).

Alexandre Herculano referiu a existência de um alquiez na coluna do portal da igreja de Santa Marinha, em Moreira de Rei, e outro na porta do Anjo da Guarda em Marialva (Azevedo, 1914: 418-419), entretanto desaparecidos. Relativamente ao de Marialva, definiu-o como «*o perímetro de uma sola de sapato, e que alli é de grandes dimensões, talvez de palmo e meio, servindo provavelmente para fixar o tamanho de cada par de solas, e ao mesmo tempo o pé legal*» (Idem: 418). Esta é uma descrição que encaixa perfeitamente no nosso exemplar em apreço, podendo também aqui deter uma dupla função.

Em Espanha, conhecem--se alguns exemplares gravados em igrejas ou nas portas das vilas amuralhadas (Tracce, 2015), ainda mal estudados, por vezes associados às tradicionais “pegadas” da Virgem (Erkoreka, 1995: 247) e raramente classificados com esta função, como o exemplar da porta de Jerez (séc. XIII) da muralha de Zafra (Badajoz) (agradecemos a indicação de Jorge Torres: Fig. 6), considerado na localidade como a medida do “pé castelhano” (=27,86 cm).

É necessário proceder a mais levantamentos destas figuras em imóveis religiosos e militares medievais portugueses, pois certamente que existirão outros casos que permitirão atestar a sua verdadeira funcionalidade.



Fig. 6 – Alquiez da porta da muralha de Zafra (foto de Jorge Torres).

3. Silhar autografado, cruz e data

Igreja de S. João (Sabugal)

Século XIII (1251)

Na fachada da igreja matriz do Sabugal, de orago de São João Baptista, encontra-se um silhar de granito grosseiro, com as dimensões de 54X30 cm, que contém uma inscrição. Situa-se a 90 cm do solo e à distância de 1,5 m da ombreira esquerda da porta da igreja (Fig. 8, n.º 1).

O texto apresenta duas linhas. A superior tem 5 caracteres e a inferior apenas 3. Não há indícios de que a epígrafe esteja incompleta e, por isso, deve restringir-se apenas a esta sequência: «M. GIRAL / PIZ» (Fig. 7), estando a última palavra indicada, por traço superior, como abreviatura.

A letra é do tipo gótico cursivo e, embora tenha os caracteres bem gravados, é de difícil leitura, dada a granulicidade da pedra. O módulo da letra varia entre os 5 e os 11 cm.

Creemos que o texto corresponde ao autógrafo de um indivíduo cujo primeiro nome é designado pela letra inicial ‘M’, de “Martim”, “Manuel” ou “Miguel”. Os dois restantes estão abreviados, havendo dúvidas em “Giraldo” e hesitações entre “Pais/Paez” ou “Pires/Pérez”.

A letra ‘M’ isolada pode ser também a abreviatura de *magister*, referindo-se a algum mestre de obra (como o silhar autografado no castelo de Alfaiates: Osório, 2013: 87-88) ou de uma ordem religiosa e militar.

O aparecimento isolado de antropónimos gravados em construções militares ou religiosas é comum, mas nem sempre as razões são as mesmas. Neste caso, não temos informação disponível que nos permita identificar o indivíduo recordado na pedra.

Apenas conhecemos a referência a um *M*(artim) *Paez* que assina como juiz do concelho do Sabugal (Martín Viso, 2009: 72) o acordo entre este concelho e a Ordem dos Hospitalários, em 1250, sobre a jurisdição da Aldeia dos Freires (actual Aldeia Velha) (Martín Viso, 2008: 107-108).

Se fosse a mesma pessoa, os motivos que o levaram a perpetuar o seu nome aqui não são claros, mas poderia dever-se ao facto de esta igreja ter a sua origem na doação do senhorio do Sabugal, anos antes, em 1230, pelo rei leonês D. Afonso IX, aos freires militares dessa mesma Ordem

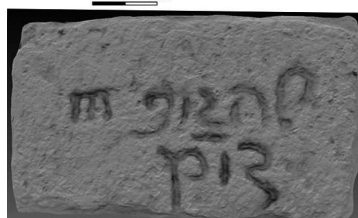


Fig. 7 – Foto, decalque e modelação fotogramétrica da epígrafe da igreja de São João.

(Moreno, 1999: 122), também denominada de Ordem de São João, de onde provém o orago da Igreja (Curado, 1988: 6).

Um metro ao lado e acima desta epígrafe encontra-se outro silhar (a 1,40 m do solo), de 95X40 cm de dimensão, com uma grande cruz pátea em relevo numa das extremidades (Fig. 8, n.º 2). A cruz tem 40 cm de diâmetro e está completamente gasta, passando despercebida, sendo apenas visível a determinadas horas do dia (Fig. 9). A sua disposição e fisionomia não permitem adivinhar que

funcionalidade ou utilização lhe foi anteriormente atribuída. A cruz pode não estar relacionada com a epígrafe anterior, nem com a igreja, dado que não pertence à Ordem de S. João. Contudo, é idêntica à da medida-padrão da igreja da Misericórdia (com 30 cm de diâmetro), datada de 1250, com a qual poderá estar associada ou provirem do mesmo sítio (Osório, 2013: 83).

A comprovar esta conjectura existe outro achado a destacar nessa mesma fiada (Fig. 8, n.º 3): um elemento arquitetónico em formato de aduela (de 58X30 cm), com uma data inscrita. Pela orientação da epígrafe, disposta em duas linhas descaídas à direita, localizar-se-ia do lado direito do arco (Fig. 10). Os caracteres de tipo gótico cursivo são pouco profundos e de módulo diminuto (entre 3 a 5 cm). A superfície da pedra está danificada e as letras encontram-se afetadas, dificultando a sua leitura, mas a partir do momento em que se entendeu ser uma

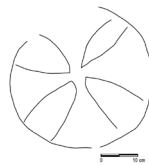
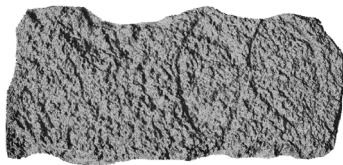


Fig. 9 – Modelação fotogramétrica e decalque da cruz.

data escrita em numeração romana foi possível conseguir a sua interpretação: « M C C L X X X / IX E(ra?) », correspondente a 1289 na contagem da “Era de César”, que equivale ao ano de 1251 do nosso calendário (ver Barroca, 2000: 211).

A datação é contemporânea do reinado de D. Fernando III, altura em que a Vila pertencia a Leão e Castela. O próprio monarca esteve presente na povoação em 1231, concedendo por essa altura as terras de Vilar Maior e Caria Talaia ao concelho do Sabugal (Martín Viso, 2008: 105).

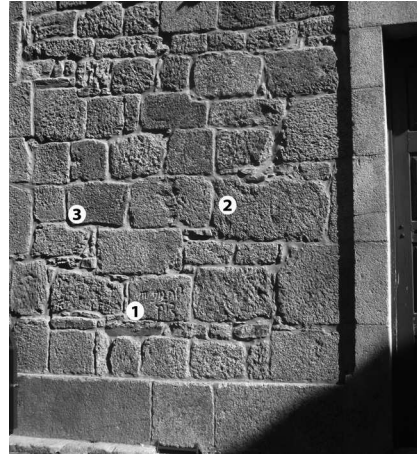


Fig. 8 – Localização das pedras referidas no texto na fachada da igreja de São João.

A maior dúvida reside em saber se estas três pedras foram gravadas aqui ou vieram de outro local. Pela existência de diversos exemplares trabalhados e epigrafados de composição mineral e natureza distintas: como por exemplo a ara romana dedicada à divindade *Arentia Equatullaicense* situada no canto superior direito da fachada, publicada há anos atrás (Curado, 1984a), inclinamo-nos para a hipótese da reutilização.

Desconhece-se a sua localização original, mas poderiam provir das extintas igrejas da Madalena, de S. Pedro ou de S. Tiago, ou das obras de reconstrução da primitiva porta oriental da Vila amuralhada (a porta do Barroso), após a reforma manuelina e construção da torre do relógio nos inícios do séc. XVI (Curado, 1988: 6). Estas pedras teriam sido reutilizadas aqui e na igreja de S. Miguel que, por essa altura (1526), sofreu também uma requalificação arquitetónica e a conversão em Igreja da Misericórdia (Jorge, 1990: 92-93).

Curiosamente a data epigrafada aqui apresentada é apenas um ano posterior à da referida pedra da Igreja da Misericórdia (Osório, 2013: 83). Dado que ela foi inscrita num arco de grande abertura, seria esta a data de conclusão da muralha da Vila? Em Vilar Maior também foi gravada uma data na ombreira da porta da cerca que tem sido considerada a data da sua edificação, anos mais tarde (1280) (Barroca: 240 e 1010).

A derradeira hipótese, que parece mais natural, é que as pedras possam ter sido dispostas nesta parede durante as obras de ampliação do imóvel para colocação do coro, entre os sécs. XVI e XVII, tendo sido retiradas da sua primitiva frontaria medieval e preservadas após a reconstrução.

4. Epígrafe gótica

Largo das Portas (Vilar Maior)
Séculos XIV-XV

No solar da família Rebocho de Vilar Maior observa-se uma das mais belas e enigmáticas inscrições medievais deste concelho, que ainda não tinha sido devidamente estudada.

Encontra-se embutida na face poente do imponente balcão de



Fig. 10 - Fotografia e modelação fotogramétrica da aduela epigrafada.



Fig. 11 – Representação fotográfica e fotogramétrica da inscrição gótica de Vilar Maior (Foto de Bruno Santos).

acesso à casa brasonada, a 2 m do solo, mas não estaria originalmente neste local, tendo sido aqui colocada provavelmente durante os trabalhos de construção ou reconstrução do imóvel, por volta da 2^a metade do séc. XVIII, desconhecendo-se a sua proveniência original.

É uma enorme placa de granito fino amarelado, disposta em posição horizontal, apresentando 135 cm de comprimento, por 28 cm de altura e 15 cm de espessura. O campo epigráfico ocupa a totalidade da superfície existente e encontra-se moldurado por um sulco de 5 mm de profundidade (Fig. 11).

A epígrafe está redigida em alfabeto gótico minúsculo anguloso (Barroca, 2000: 163) e os caracteres apresentam dimensões variadas, entre os 8 e 11 cm de altura. As mesmas letras estão representadas de diferentes modos, como por exemplos os AA, os EE ou os RR. O texto divide-se em duas linhas e está alinhado à esquerda, sendo o espaço sobranete totalmente preenchido por motivo decorativo ondulado.

A primeira tentativa de leitura que se conhece, datada de 1900, ficou bastante longe da realidade, ao propor a seguinte transcrição: «*O Cid introduziu a citânia de Ciduta*» e datando-a de 1145 (*apud* Loureiro, 2001: 44).

Mais recentemente, Mário Barroca apresentou uma nova proposta: «DE : NO TER MEZA : LA MEMO(ri)A / INTRODUXO : SU : VICTORIA», que traduzido seria: “*De não ter cura, a memória introduziu a sua vitória*” (Magro, 2011: 133). Segundo o autor, este refrão rimado assemelhar-se-ia aos lemas adotados pelos nobres portugueses do século XV, a partir do reinado de D. João I.

Embora a leitura da linha final seja inquestionável, a parte superior desta surpreendente epígrafe oferece vários problemas, revelados pela análise fotogramétrica dos caracteres (Fig. 11). Aí existem dois ou três possíveis sinais de abreviatura, na parte externa da moldura, que permitem ter outra compreensão da mensagem, se forem devidamente desdobrados. Por outro lado, a separação das palavras por intermédio de três pontos, aplicada na perfeição na linha

inferior, não foi aqui obedecida (só duas vezes), dificultando ainda mais a interpretação.

Assim, onde se leu «NO» julgamos que existem dois ou três caracteres, sendo um deles um ‘h’ de difícil deteção, antecedido talvez por um ‘i’, ‘n’ ou ‘v’, que corresponderão a uma abreviatura. A seguir, pensamos que há um ‘F’, prolongando-se o traço superior para fora da moldura, preferindo ler-se «FIRMEZA» do que «TER MEZA» (que seria redigido ‘T(en)ER MEZA’). Depois do sinal de separação de

palavras lê-se «LA», que talvez seja outra abreviatura porque o ‘L’ tem um provável ‘v’ no topo. Na parte final, segundo o resultado fotogramétrico, observam-se igualmente vários sinais de abreviatura a desdobrar as letras «MEINOA»

que dificultam a hipótese «MEMORIA» (embora esta seja a única aceitável até ao momento). O ‘m’ pode ter um sinal de abreviatura, o ‘e’ seguinte vem representado de forma única em toda a inscrição (embora dificilmente seja o nexa ‘er’, ‘es’ ou ‘eus’) e, por fim, o sinal de abreviatura superior ao «noa» permite várias possibilidades, como ‘noria’ ou ‘nona’.

Um aspeto fundamental ignorado nas leituras anteriores são os dois campos quadrangulares epigrafados que existem nas extremidades da placa, que completam e contextualizam o texto. As letras têm um módulo maior, atingindo cerca de 22 cm de altura, e estão desenhadas de forma decorativa. À esquerda, descortinam-se os caracteres «IHC» (embora a letra inicial pareça um ‘J’, este só foi adotado por volta do séc. XVII: ver inscrição de Sortelha em Osório, 2012: 154) e no campo oposto é nítido o ‘X’, além de um sinal de abreviatura (Fig. 11).

O nome de Jesus Cristo provém do grego e pode ser abreviado usando as duas primeiras letras e a última. Sendo a letra grega C correspondente ao nosso S, então era natural escrever IHC e XPC em vez da versão mais tardia IHS e XPS (Fig. 12).

Assim, com todas estas dúvidas e dificuldades comentadas, propomos como releitura hipotética desta inscrição, a seguinte forma: «IHC / DE : NH FIRMEZA : LA MEINOA / INTRODUXO : SU : VICTORIA / X», de interpretação complicada.

Esta divisa não se acharia isolada, mas deveria estar colocada junto de outras representações escultóricas ou fazendo parte de um brasão de armas, exposto num edifício de Vilar Maior, no recinto do castelo ou do arrabalde, ou estar associado a um túmulo no interior da igreja. Segundo uma tipologia proposta para as epígrafes medievais espanholas, a inscrição poderia enquadrar-se no tipo 2 (“*explanationes*”), correspondente a um letrado que acompanhava



Fig. 12 – Pormenor do decalque das letras das extremidades da placa, comparando com as tradicionais abreviaturas na iconografia cristã gótica.

elementos iconográficos ou ao lema de um escudo (Martín López e García Lobo, 2009: 194).

Se a leitura é complicada, mais enigmática é a sua origem. A epígrafe não está redigida em latim, mas em língua vernácula, tal como acontece com a outra inscrição medieval existente em Vilar Maior, datada de 1280 (Barroca: 240 e 1010), algo que só começa a ser frequente em Portugal a partir dos finais do séc. XIII (*Idem*, 2000: 239).

A sua cronologia poderia recuar ao tempo em que Vilar Maior pertencia ao Reino de Leão, antes de 1297 (altura em que passou para Portugal pelo Tratado de Alcanizes), porque o texto não está redigido em português, mas em castelhano (pelos termos «LA» e «INTRODUXO SU»). Contudo, a escrita gótica minúscula angulosa só se instalou definitivamente na Península Ibérica nos inícios do séc. XV (Barroca, 2000: 165; Rodríguez Suárez, 2010: 395), sendo estranho que, antes dessa data, estivesse em uso. A única explicação para conciliar este alfabeto tardio com o idioma leonês era pressupor que a língua perdurou no léxico das terras da raia durante séculos ou que a pedra foi trazida, posteriormente, do país vizinho (que fica apenas a 10 km de distância).

5. Pentagrama

Nave

Séculos XIV-XVI

Na fachada de um edifício devoluto do Largo da Praça da povoação da Nave encontra-se uma pedra de granito gravada com uma estrela de cinco pontas, vulgarmente denominada de pentagrama, pentalfa ou *signum salomonis* (Coimbra, 2005: 145), que nesta região não é muito frequente.

A gravura tem as dimensões de 21X21 cm e foi inscrita com traço fino e pouco profundo, estando já muito gasta (Fig. 13).

A importância deste elemento iconográfico advém do seu significado. Na Europa, os pentagramas foram empregues desde a Pré-história até aos nossos dias como símbolos enigmáticos, em variados contextos, associados a diversos elementos ou simplesmente isolados. Considera-se que representavam o sol, a luz ou outro corpo celeste, estando também ligados ao conceito de perenidade, bem-estar ou proteção (Coimbra, 2005: 152; Coimbra, 2011: 122-123; Caninas *et alii*, 212: 321).

A função apotropaica do símbolo ganha relevância durante o período histórico, especialmente em época medieval. Para além de ocorrer em contextos religiosos, o pentagrama tem sido frequentemente



Fig. 13 – Modelação fotogramétrica do pentagrama.

associado a armas e usado como distintivo do guerreiro. Foi empregue como marca de canteiro (tal como se verifica no interior da torre de menagem do castelo do Sabugal, Fig. 15: Robalo, 2009: 49), foi adotado em iconografia funerária (Malveiro, 2013: 59) (Fig. 16) e aparece nas cunhagens dos primeiros *dinheiros* de Afonso Henriques (Magro *et alii*, 1998: 194-195; Marques, 1996: 55) (Fig. 17).

O pentagrama é muitas vezes associado à tradição judaica apenas por mera sugestão iconográfica (Afonso, 2014: 52) ou por pura confusão com a estrela de David (Santos, 2014: 176). No entanto, estas duas representações geométricas diferem no número de pontas, tendo esta última seis pontas.

A sua longa utilização diacrónica dificulta a atribuição de uma datação rigorosa (Caninas *et alii*, 212: 321). Neste caso, só pela análise do contexto de achado do pentagrama da Nave se poderá fazer uma estimativa.

O silhar apresenta uma aresta biselada, o que pressupõe que fazia parte da ombreira esquerda de um



Fig. 14 – Localização da pedra gravada no edifício.



Fig. 15 – Pentagrama do castelo do Sabugal (In Robalo, 2009: 49).



Fig. 16 – Estelas funerárias medievais do distrito de Beja (In Malveiro, 2013: 60).

apenas em consideração esse chanfrado do silhar, pois este artifício decorativo recua ao séc. XIV, conforme consta de inúmeros imóveis das Beiras e especialmente das fortificações medievais e modernas. Vãos biselados observam-se na Porta Falsa e na Porta da Vila (de arco gótico) da muralha de Sortelha (Osório, 2012: 157), bem como nas duas portas (exterior e interior) do castelo de Alfaiates,

antigo vão de arquitetura tipicamente baixo-medieval ou quinhentista. Provavelmente a figura terá sido gravada neste contexto, talvez não no atual edifício, mas aparecendo aqui deslocada (Fig. 14). A nossa proposta cronológica para o exemplar tem



Fig. 17 – Moeda cunhada por D. Afonso Henriques no séc. XII (In Magro *et alii*, 1998: 194).

construído já no séc. XVI (Osório, 2014a: 38).

Este pentagrama terá sido gravado na porta de uma moradia da aldeia da Nave, com o mesmo intuito das marcas cruciformes que proliferam por todos os núcleos antigos, como sinal de proteção (Osório, 2014b: 163).

6. Gárgula zoomórfica

Castelo do Sabugal

Séculos XIV-XV

No topo da torre de menagem do castelo do Sabugal, a 26 m do solo, na face virada a sudoeste, encontra-se uma escultura animal grotesca feita em granito grosseiro, correspondente a uma típica gárgula, com 110 cm de comprimento (Fig. 18).



Fig. 18 – Gárgula do castelo do Sabugal.

As gárgulas são deslumbrantes criações da arquitetura gótica, pela genialidade do conceito e pela sua decoração exuberante, fruto do imaginário medieval. Concebidas como uma engenhosa solução de escoamento das águas pluviais das coberturas dos edifícios militares, religiosos e civis, para evitar os estragos gerados pela sua infiltração nas paredes (Alho, 2011: 23-24), cedo foram utilizadas como suporte de esculturas bizarras.

As gárgulas são deslumbrantes criações da arquitetura gótica, pela genialidade do conceito e pela sua decoração exuberante, fruto do imaginário medieval. Concebidas como uma engenhosa solução de escoamento das águas pluviais das coberturas dos edifícios militares, religiosos e civis, para evitar os estragos gerados pela sua infiltração nas paredes (Alho, 2011: 23-24), cedo foram utilizadas como suporte de esculturas bizarras.

Não sabemos que animal representava, dado o seu desgaste e a ausência da cabeça e parte dos membros anteriores, preservando-se apenas o corpo, com as costelas vincadas, o arranque do pescoço, os membros posteriores e o órgão genital masculino (Fig. 18). Contudo, são frequentes entre as gárgulas, os cães, as cabras e os leões, aparecendo também águias, porcos e peixes, a par dos fantasiosos grifos, centauros, harpias, sereias e demónios alados.

A sua disposição, com as patas da frente projetadas para o exterior, não é muito comum. Tentámos encontrar paralelos nos principais monumentos portugueses, mas estes escasseiam. Por exemplo, entre as gárgulas do Mosteiro de Alcobaça, de onde proveio o mestre Frei Pedro, construtor

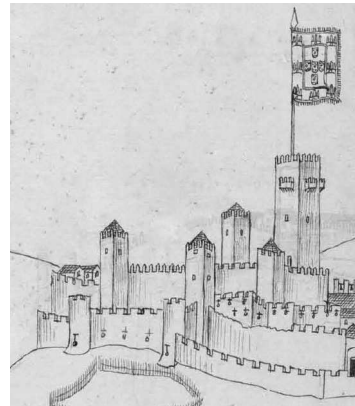


Fig. 19 – Castelo do Sabugal na gravura de Duarte d'Armas (1509) (Ficheiro obtido na página eletrónica da Biblioteca Digital Hispánica de Madrid).



Fig. 20 – Vista superior da gárgula.

desta fortificação ribacudana (Curado, 1988: 6), não se encontra nenhum exemplar com afinidades artísticas.

A torre de menagem pentagonal da fortificação do Sabugal foi concluída apenas no séc. XIV (Curado, 1988: 6), estando já acabada em 1509 (Fig. 19). Mas, ao contrário dos restantes quatro torreões, a torre de cinco quinas não dispunha

de telhado para o escoamento da chuva que vertia no eirado, tendo este recurso arquitetónico sido introduzido para o indispensável vazamento das águas ao exterior.

Observando este elemento arquitetónico do cimo, desde as ameias da construção, verificamos que apresenta uma caleira escavada na parte superior, com 6 cm de largura (Fig. 20), por onde facilmente fluía a água. Foi dessa forma que descobrimos a existência de uma segunda gárgula, na face virada a oriente, já partida e apenas com 30 cm de arranque, mas com a mesma morfologia animal.

Assim, verifica-se que ambas gárgulas estavam voltadas para o exterior do recinto fortificado, virando-se simultaneamente para Castela e Leão, à semelhança de outros exemplares singulares conhecidos no nosso distrito, como na Sé da Guarda e na torre de menagem do castelo de Pinhel, colocados na parede virada a oriente e esculpidos com fisionomia humana, na posição de cócoras e com o traseiro voltado, por onde saíam as águas pluviais da cobertura. Sem dúvida, uma forma provocatória e imaginativa de expressar o ódio de estimação que estas populações nutriam pela nação vizinha, nesses tempos.

Há ainda um caricato episódio ocorrido nos finais do séc. XIX, narrado por Joaquim Manuel Correia nas suas Memórias do Concelho do Sabugal (Correia, 1946: 96), sobre um ébrio que decidiu subir à torre e agarrar-se à gárgula «a tocar o fandango na sua famosa rabeca», desconhecendo-se que impacto teve no estado de conservação da respetiva gárgula.

7. Epígrafe rupestre

Castelo de Vilar Maior

Séculos XIV-XV (?)

Nas escavações arqueológicas realizadas no exterior do castelo de Vilar Maior, em 2011, na sondagem 7, onde se identificaram os alicerces da primitiva barbacã (Fig. 21), foram detetados diversos caracteres gravados no substrato rochoso. Esta descoberta epigráfica foi minuciosamente

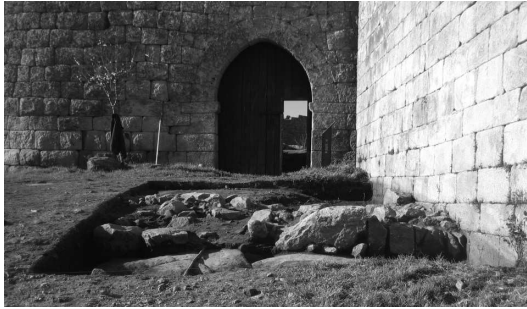


Fig. 21 – Uma perspectiva da intervenção arqueológica onde se identificou a epígrafe.

registada através de fotografia e decalque, antes de voltar a ser coberta com terra, ficando atualmente sob o passadiço de betão de acesso ao castelo projetado para o local. A sua preservação foi devidamente acautelada através de

tela protetora, colocada antes do entulhamento. Não foi possível, então, proceder ao levantamento fotogramétrico, o que prestaria agora um valioso contributo interpretativo.

São três registos epigráficos de difícil compreensão, lavrados na laje de granito inclinada para sul, a pouca profundidade da atual cota de circulação (Fig. 21) e a curta distância da primitiva face externa da barbacã do castelo (Fig. 23).

As gravações estavam bem conservadas (não estando expostas ao meio ambiente), mas a escrita cursiva e pouco cuidada dificultou a leitura. As letras foram desenhadas de forma pouco convencional e os caracteres são toscos, medindo entre 2 a 3 cm de altura (tendo o 'L' da última linha 4 cm). Não houve qualquer preocupação de alinhamento



Fig. 22 – Foto noturna e decalque da epígrafe rupestre.

ou organização das inscrições, nem preparação prévia do suporte (Fig. 22). São expressões epigráficas espontâneas e casuais. Mas parece haver, pelo menos, duas mãos distintas na redação da epígrafe.

Na parte superior encontra-se grosseiramente gravado «ALUR», o que interpretámos como a abreviatura do nome «Álvaro», pela

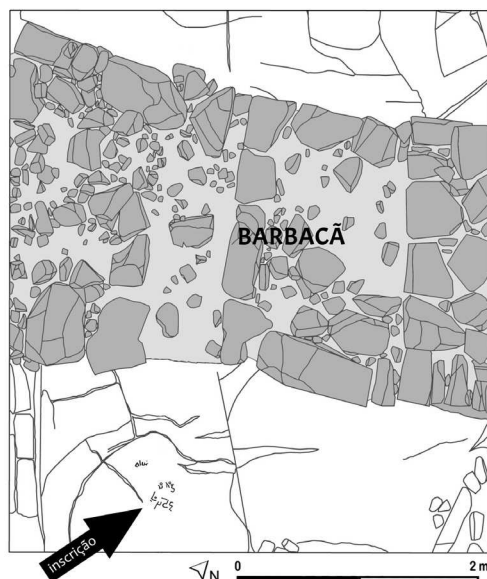


Fig. 23 – Planta da sondagem 7 com a localização da epígrafe junto à barbacã.

supressão das últimas vogais. Esta epígrafe sugeria graficamente uma escrita árabe, prontamente contrariada pelas letras usadas, pela sua orientação e pela leitura efetuada.

Um pouco mais para leste dispõem-se duas outras palavras correspondentes a um ou dois antropónimos. No topo parece deduzir-se o nome «Vº» (=Vasco), seguido de «AºS» (=Anes?); e na linha inferior interpretamos os caracteres como «Lº», talvez de Lopo, e «PDS» de significado ignorado.

Seria sugestiva a interpretação de Vº e Lº como algarismos, quantificando a medida ou quantidade de algum material relacionado com a construção. Mas, não havendo outra leitura para as linhas gravadas, cremos que as epígrafes correspondem à rúbrica de três indivíduos, com antroponímia relativamente comum nas Épocas Medieval e Moderna, gravada com intuítos desconhecidos.

A hipótese mais aceitável são os operários responsáveis pela edificação da barbacã. Embora seja estranho saberem assinar os seus nomes (e daí os caracteres serem pouco convencionais), por outro lado, só durante a abertura dos alicerces dessa estrutura defensiva, esta área da laje granítica terá estado temporariamente visível, possibilitando a oportunidade de escrita.

As inscrições também poderiam datar da fundação da torre de menagem (séc. XIV), mas dada a proximidade aos alicerces da barbacã, parece-nos verosímil uma relação direta com esta posterior edificação militar, erguida já por volta dos finais do séc. XIV e inícios do séc. XV.

8. Inscrição honorífica

Tapada da Casona (Nave)

1648

A poucos 300 m para sudeste da Nave, na bifurcação dos caminhos para Alfaiates e Soito, localiza-se um elegante cruzeiro de fuste circular liso

com 2,35 m de altura, feito numa só peça, assente sobre uma base de granito, de pouca altura, com dois degraus. O capitel é encimado por uma cruz de tipologia simples (Fig. 24).

Na face meridional da base paralelepípedica do cruzeiro, com uma superfície de 77 cm de comprimento, por 20 cm de altura, encontra-se uma inscrição que ocupa a totalidade do espaço.

As letras estão gastas, mas é perfeitamente legível: «O DOVTOR GIRALDO FER / VIGAIRO DA NAVE 1648» (Fig. 25). “Vigairo” é um arcaísmo da época e as Memórias Paroquiais de 1758 confirmam que o pároco da Nave era reitor e que vulgarmente se chamava vigário (Jorge, 1990: 50).

A abreviatura «FER» era a única dúvida, podendo referir-se aos apelidos Fernandes, Ferraz ou Ferreira. Na consulta dos assentos de batizado do séc. XVII, arquivados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, confirmámos a presença do «Doutor Giraldo Ferr^a, Vig^{ro} da Nave» (Fig. 26), ficando a saber-se que o seu apelido era ‘Ferreira’.



Fig. 24 – Cruzeiro da Nave com a localização do degrau epigrafado.



Fig. 25 – Modelação fotogramétrica da face epigrafada.

Os registos com a sua assinatura recuam ao ano de 1644, enquanto o último assento assinado data de 10 de Fevereiro de 1656 (<http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4828227>).

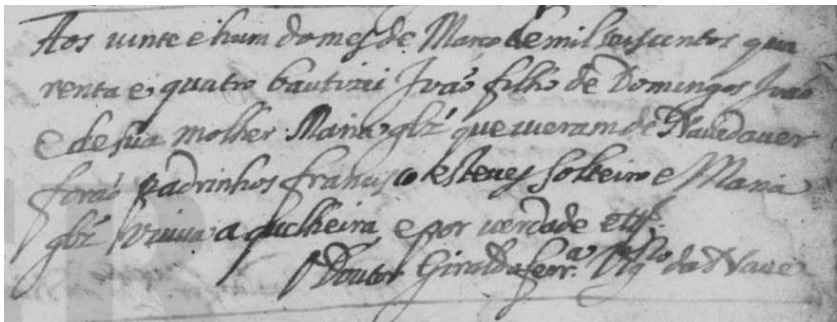


Fig. 26 – Assinatura do Doutor Giraldo Ferreira num assento de batismo de 1644 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

Constatamos que exerceu o seu cargo numa das épocas mais conturbadas desta aldeia raiana, pois a povoação foi fortemente afetada pelas forças castelhanas durante as guerras da Restauração, tendo sido incendiada em 1642 (Correia, 1946: 192). Este cruzeiro poderia até comemorar ou recordar (6 anos depois) esse acontecimento trágico na localidade. Mas o teor do texto é de cariz honorífico, lembrando para a posteridade o responsável pela edificação do monumento e o ano da sua construção.

A base paralelepípedica do cruzeiro não apresenta somente esta surpreendente inscrição lateral, mas possui também gravada, na face superior, uma cruz de hastes lobuladas, de 34X18 cm, associada a diversas covinhas abertas aleatoriamente pela superfície do degrau, com 2 a 4 cm de diâmetro, cuja função desconhecemos (Fig. 27). Começa a ser recorrente o aparecimento destas cavidades circulares (de tradição pré-histórica) em ambientes medievais e modernos que não estão ainda devidamente estudadas e compreendidas.

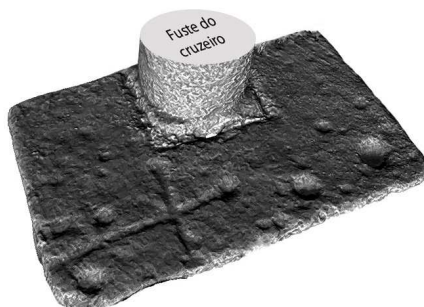


Fig. 27 – Perspetiva fotogramétrica da base do cruzeiro e dos elementos decorativos existentes na superfície.

9. Brasão de armas.

Rua Santo Condestável (Sabugal)
1698

No quintal de uma moradia do centro histórico do Sabugal, na Rua Santo Condestável n.º 7, que pertence à família de Joaquim José Póvoas (Correia, 1925/26: 207), encontra-se guardado um brasão arquitetónico.

Nos inícios do séc. XX, Joaquim Manuel Correia designou-o como a «pedra de armas da Vila do Sabugal» (Fig. 28), por causa dos elementos que ostenta – um castelo e uma árvore – idênticos aos símbolos municipais. Contudo, o autor hesitou na afirmação, dizendo que «se representa ou não as armas do velho burgo, conforme a tradição constante no Sabugal, é



Fig. 28 – A pedra de armas na obra de Joaquim Manuel Correia (1930/31: 247).

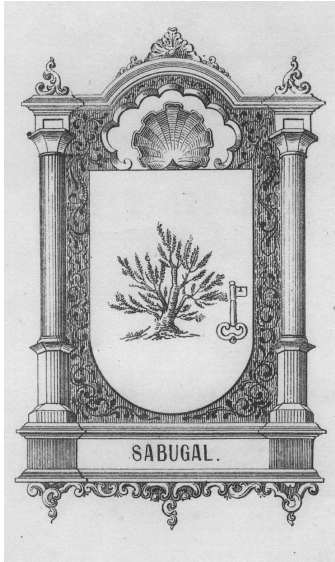


Fig. 29 - Brasão desenhado por Vilhena Barbosa (In Vilhena, 1862: 2).

caso que não vamos averiguar, porque não temos competência para isso» (Correia, 1930/31: 247). Nessa foto, o escudo apresenta ainda restos de pintura no fundo.

Em defesa da sua hipótese, Joaquim Manuel Correia remeteu para o vol. III d'*As cidades e vilas das Monarquia Portuguesa que teem braço de armas*, de Vilhena Barbosa (1862), onde o escudo do Sabugal aparece representado com um sabugueiro e uma chave (Fig. 29). Segundo o erudito do séc. XIX: «O nome desta vila derivou-se dos muitos sabugueiros que ali havia quando se fundou. Tem por brasão no meio um sabugueiro e uma chave sendo esta allusão ao antigo castelo que defendia a vila» (Vilhena, 1862: 2).

As árvores e as torres que o escudo ostenta têm levado muitos outros, ainda recentemente, a ajuizar erradamente que se tratava do castelo e do sabugueiro da heráldica municipal do Sabugal.

Numa rápida observação constata-se que o escudo corresponde, pelo contrário, a uma pedra de armas familiar, pois exhibe um elmo no topo que apenas é utilizado em heráldica nobiliárquica (Fig. 30). Uma análise atenta por qualquer especialista confirmará que se trata do brasão de armas da família de Soares de Oliveira, com os dois símbolos colocados em posição esquartelada, pois 'Soares' é representado por uma torre de castelo e 'Oliveira' pela respetiva árvore, com as raízes à vista.

O elmo está em posição frontal, por lapso nas regras heráldicas, é ladeado por um paquife de folhagens e tem sobreposto em timbre uma torre (Fig. 28), do apelido Soares.

Está devidamente documentada a Carta de Brasão atribuída a João Soares Esteves de Oliveira, natural do Sabugal, datada de 1698 (Cabral, 1936: 84) (agradecemos informação prestada por Fernando Curado) que corresponderá efetivamente a



Fig. 30 - Pormenor atual do escudo de João Esteves Soares de Oliveira.

esta peça heráldica.

Anos mais tarde, em 1758, as Memórias Paroquiais recordam este mesmo indivíduo como um «*homem de raro engenho, exímio jurisconsulto, muito versado em humanidades e Bellas Letras, e bom poeta*» (Jorge, 1990: 83). Terá sido Procurador em Coimbra, Juiz em Lamego e nomeado para Desembargador da Suplicação, morrendo a 24 de Junho de 1734. Consta-se que teria uma casa do lado oposto desse quintal, com acesso pela Rua D. Dinis, que ostentava esta pedra de armas.

Joaquim Manuel Correia revela que, nos inícios do séc. XX, a pedra já se encontrava no quintal, tendo sido apeada da parede do edifício original, onde estaria exposta na frontaria, ainda antes da Implantação da República (1910), no seguimento do decreto de obrigatoriedade de pagamento de taxa a todos os titulares de brasão de armas (Correia, 1946: 85).

Anteriores tentativas de recolha do monumento para o museu, junto dos atuais proprietários, nunca surtiram efeito, por considerarem tratar-se da sua própria pedra de armas familiar. Não tendo sido possível essa pretensão, decidiu-se conservar onde está, em local inacessível, por não existirem quaisquer ameaças de furto ou vandalismo.

10. Marcos de propriedade

Rendo e Ruvina

Séc. XVII

Nos últimos anos foram identificadas diversas pedras morfológicamente semelhantes e com uma epígrafe comum, que teriam a função de marcos de propriedade, o que é pouco frequente nesta região do Alto Côa. São blocos retangulares de granito pouco grosseiro, em formato de estela, mas toscamente aparelhados, com uma dimensão média de 125X52X25 cm.

Foram até ao momento identificados quatro exemplares (Fig. 31): dois junto a caminhos rurais nas proximidades de Caria Talaia (Ruvina) (Fig. 33), outro à entrada da povoação da Ruvina (Fig. 32) e um outro a servir de torça de um edifício em Rendo (que se encontra fraturado pela sua reutilização nessa posição) (Fig. 34).

Os dois primeiros marcos são os únicos que poderão estar *in situ*, pois foram encontrados junto a propriedades agrícolas, delimitando a área da quinta pela parte setentrional (a pedra da Fig. 33 estava tombada e foi colocada, recentemente, em pé no alargamento do caminho). Os exemplares guardados na aldeia da Ruvina e de Rendo são provenientes de lugar desconhecido (Fig. 31).

Todas as pedras apresentam um formulário idêntico de duas linhas gravadas: «S. / MICVEL» (com nexos 'MI'), lendo-se “São Miguel”, considerando a letra ‘C’ no lugar do ‘G’. Estão ligeiramente gastas e foram ambas gravadas pela mesma mão.

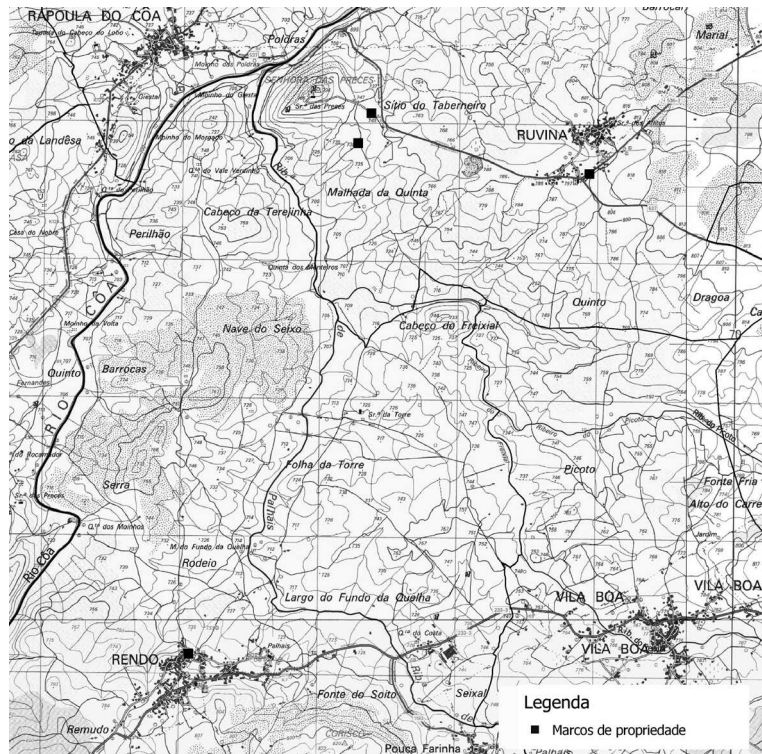


Fig. 31 – Localização dos marcos de propriedade da quinta de São Miguel.

Os marcos delimitavam os terrenos de uma propriedade com topónimo hagiológico, podendo pertencer a uma instituição religiosa. Por coincidência, o colégio existente na Ruvina é de São Miguel e pertence a um conjunto de outras instituições de caridade de mesmo nome, no distrito da Guarda, sediadas na Cerdeira e no Outeiro de S. Miguel. Tiveram casa e terras na zona das Termas do Cró e ainda hoje têm propriedades nas freguesias da Ruvina.

Por outro lado, a poucos metros para oriente da povoação de Rendo encontra-se uma capela de dedicação a São Miguel que poderia ter rendimentos fundiários nas imediações. Nas Memórias Paroquiais de 1758 dessa freguesia é referido que a ermida ficava no “centro da Quinta de São Miguel”, ficando a saber-se que esta já existia pelo menos no séc. XVIII (Jorge, 1990: 65).

Mas, o facto mais enigmático sobre estes marcos foi a identificação que fizemos, num acompanhamento arqueológico há anos atrás, de uma outra estela exatamente igual, no limite norte da freguesia da Benespera (concelho da Guarda), em terrenos de outra Quinta de São Miguel aí existente (Gomes, 1997: 69). Há informação de que esta quinta recua a sua origem, pelo menos, aos séculos XIV-XV e nas imediações foi identificada até uma sepultura escavada na rocha de cronologia medieval.

Nesse marco leu-se igualmente a mesma inscrição «S. / MCVEL» e, na altura, considerou-se que se tratava do marco de antiga delimitação dos terrenos dessa propriedade.

Que relação poderá haver entre estes diferentes marcos de propriedade? Sabe-se que os antigos proprietários desta quinta da Benespera, os Padres Álvaro e Norberto Quintalo da Cunha, eram também naturais da aldeia de Rendo (Sabugal) (informação facultada por Fernando Curado), o



Fig. 32 – Representação fotográfica e fotogramétrica do marco trazido para a Ruvina.



Fig. 33 – Exemplar reaproveitado num muro no caminho para Caria Talaia (Foto de Bruno Santos).

que é apenas uma coincidência, pois a cronologia da epígrafe é muito mais antiga. Poderíamos então concluir que essa pedra do concelho da Guarda teria sido trazida do concelho do Sabugal por estes mesmos proprietários.

Mastemos derecurar meados dos séc. XVII para verificar a existência de relações familiares e propriedades comuns em ambas regiões. Sabe-se que um dos antigos donos da quinta da Benespera era Luís de Basto Saraiva, conforme expresso nas respetivas memórias paroquiais de



Fig. 34 – Estela reutilizada no lintel do vão de um edifício da povoação de Rendo.

1758 (Chorão, 2002: 80: agradecemos a Fernando Curado a informação), que casou com D. Ana da Fonseca, com ligações a Vilar Maior (Sabugal) (Morais, 1678: 180). Este antigo governador da Baía foi mesmo sepultado na Igreja de Santo Antão da Benespera. Entre as propriedades que passou a deter por casamento terão

estado, provavelmente, terrenos nas aldeias de Rendo e da Ruvina. Diz a obra *Pedatura Lusitana* que foi muito rico, mas que gastou tudo o que teve, e por isso ganhou a alcunha de Luís “Gasto” (Morais, 1678: 180). É nesse contexto que se entenderá o fabrico destes extravagantes marcos epigrafados para delimitar, com rigor, ambas as propriedades que possuía.

11. Gravura

Travessa da Talainha (Vilar Maior)
1879

Na parede traseira de um imóvel situado na Travessa da Talainha (n.º 7) do aglomerado de Vilar Maior, encontra-se gravado um curioso desenho (Fig. 35), virado diretamente para o largo na confluência de três arruamentos, feito com intenções desconhecidas, talvez meramente recreativas.



Fig. 35 – Localização da pedra gravada.

A pedra, de contorno assimétrico, encontra-se a 1 m do chão e possui 143 cm de comprimento, por 42 cm de altura máxima, e a gravura ocupa uma pequena área quadrangular de 26X26 cm, mas não se distingue bem, dado o desgaste da superfície.

O desenho foi apresentado, por primeira vez, em 2001, num levantamento de património efetuado por Vanessa Loureiro para um seminário de Licenciatura na Universidade Nova de Lisboa (Loureiro, 2001: 42) e, posteriormente, foi redesenhado por Hugo Palhete do ex-Gabinete Técnico Local do Município do Sabugal. Verificam-se algumas diferenças entre os dois decalques e agora, com a modelação fotogramétrica, corrigiram-se ainda outros pormenores (Fig. 37).

O principal elemento da composição são duas figuras verticais, interpretadas anteriormente como torres ou colunas (Magro, 2011: 144), ladeando um elemento circular central semelhante ao possível relógio da fachada de uma igreja. Sob a dita circunferência, encontra-se a data de 1879 (e não 1899 como leram os anteriores autores: *idem*: 42; *idem*:

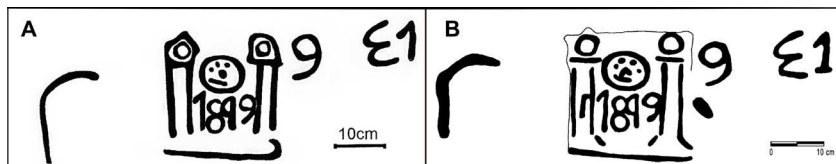


Fig. 36 – Decalque da figura representada no silhar (desenho de Vanessa Loureiro [A] e Hugo Palhete [B]).

144), talvez datando o desenho ou então comemorando a eventual aquisição do relógio da torre da igreja matriz de Vilar Maior (sabe-se por exemplo que em Seia, o relógio da matriz foi adquirido em 1876).

O decalque A sugeria a hipótese de uma igreja (Fig. 36), mas o coroamento das colunas não está correto em ambos desenhos e na fotogrametria percebe-se que os elementos verticais estão coroados com um remate triangular flamejante, tendo bases triangulares (presentes no desenho B: fig. 36) que lembram dois castiçais (Fig. 37), para além de que existe uma moldura rebaixada em torno do motivo, que apenas o desenho B reproduziu. O motivo circular central apresenta traços que dificilmente poderiam ser classificados como relógio, sugerindo até

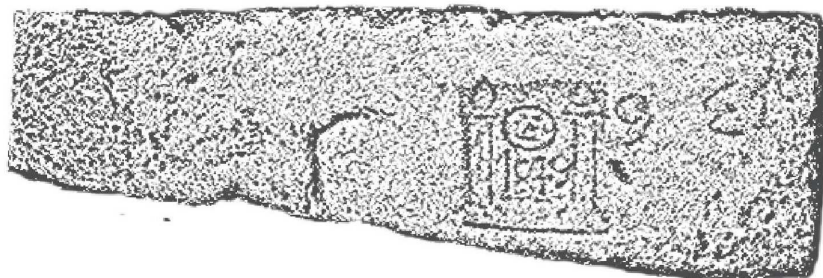


Fig. 37 – Modelo fotogramétrico da pedra gravada de Vilar Maior.

um rosto. Estaremos perante uma gravura com possíveis conotações religiosas ou funerárias? Assim sendo, a data poderia até assinalar o ano de falecimento de alguém.

O número '9' e a sigla 'E1' que aparecem associados à gravura são elementos anexos cuja função desconhecemos, podendo corresponder a um primitivo n.º de porta. Há também um traço semicircular na parte esquerda do desenho cujo significado é ignorado (Fig. 37).

Não se sabe se o desenho foi perpetuado nesta parede ou se a pedra proveio de outro sítio, embora ela aparente ter meramente a função de bloco construtivo. Não há paralelos iconográficos para este desenho, e assim continuará a ser uma incógnita, mas em Vilar Maior foi já anteriormente identificada uma pedra gravada com uma figura arquitetónica semelhante a uma igreja, também com duas torres, publicada em número anterior desta revista (Osório, 2013: 80), talvez desenhada pelo mesmo artista.

BIBLIOGRAFIA:

- AFONSO, José da Conceição (2014) – Judeus, criptojudes e cristãos-novos: arquitectura doméstica na raia quinhentista. *Judeus, judiarias e cristãos-novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, p. 35-62.
- ALHO, Ana Patrícia (2011) – Sistema hidráulico na arquitectura gótica em Peninsular. In (eds.) HUERTA, S.; GIL CRESPO, I; GARCÍA, S.; TRAÍN, M. - *Actas del VII Congreso Nacional de Historia de la Construcción* (Santiago, 26-29 Octubre de 2011). Madrid: Instituto Juan de Herrera, p. 23-31.
- BARBOSA, Ignacio de Vilhena (1862) – *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas*. Vol. III. Lisboa: Typographia do Panorama.
- BARROCA, Mário Jorge (1992) – Medidas-padrão medievais portuguesas. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. 9, 2ª Série, p. 53-85.
- BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Vol. 1. Lisboa: FCG-FCT.
- CANINAS, João Carlos; HENRIQUES, Francisco; BATISTA, Álvaro; PIRES, Hugo (2011) – Notícia de um monólito gravado na fronteira entre os concelhos do Sabugal e da Guarda. *Sabucale*. Sabugal. 3, p. 35-56.
- CANINAS, João Carlos; HENRIQUES, Francisco; BATISTA, Álvaro; MONTEIRO, Mário (2012) – Casos de grafismos rupestres em calcários no centro de Portugal. In SANCHES, M^a de Jesus (coord.) *Actas da Iª Mesa-Redonda: Artes rupestres da Pré-história e da Proto-história: paradigmas e metodologias de registo* [Trabalhos de Arqueologia; 54]. Lisboa: DGPC, p. 313-327.
- CARVALHO, Pedro Cardoso (1998) – *O Forum de Aeminium*. Maia: Instituto Português dos Museus.
- CHORÃO, M^a José Bigotte (2002) - *Memórias Paroquiais*. Guarda: Câmara Municipal.
- COIMBRA, Fernando Augusto (2005) – O Pentagrama de Ribeira de Piscos (Vila Nova de Foz Côa) e seus paralelos no contexto da arte rupestre filiforme pós-paleolítica da Península Ibérica. *Côavisão – Cultura e Ciência* (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior). Foz Côa. 7, p. 145-157.
- COIMBRA, Fernando Augusto (2011) – The symbolism of the pentagram in west european rock art: a semiotic approach. *XXIV Valcamonica Symposium Proceedings: Art and Communication in pre literate societies*. Capo di Ponte, (CCSP/UNESCO), p. 122-129.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1925/26) – Memórias sobre o concelho de Sabugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1ª série. 27, p. 207.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1930/31) – Memórias sobre o concelho de Sabugal. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1ª série. 29, p. 246-248.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1946) – *Terras de Riba-Côa. Memórias sobre o Concelho do Sabugal* (3ª ed. 1992). Sabugal: Câmara Municipal.
- CURADO, Fernando Patrício (1984a) – Monumento votivo a Arentia, de Sabugal. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 7 (27), p. 6-7.
- CURADO, Fernando Patrício (1984b) – Uma nova estela do Bronze Final da Beira Alta (Baraçal, Sabugal, Guarda), *Arqueologia*, 9, Porto, GEAP, p. 81-85.

- CURADO, Fernando Patrício (1988) – A freguesia do Sabugal ao longo dos tempos. *Boletim Municipal da Câmara Municipal do Sabugal*. Sabugal. 8 (ano II), p. 5-8.
- ERKOREKA, Anton (1995) – Catálogo de “huellas” de personajes míticos en Euskal Herria. *Munibe*. San Sebastian. 47, p. 227-252.
- GARCÍA QUINTELA, Marco; SANTOS ESTÉVEZ, Manuel (2000) – Petroglifos podomorfos de Galicia e investiduras reais célticas: estudio comparativo. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 73 (181-182), p. 5-26.
- GOMES, Manuel Vítor da Costa (1997) – *Benespera. Cabeço da Ordem de Santo Antão em Portugal*. Lisboa: Grafilarte.
- GONZÁLEZ CORDERO, António; BARROSO BERMEJO, Rosa (1996-2003) – El papel de las cazoletas y los cruciformes en la delimitación del espacio. Grabados y materiales del yacimiento de San Cristóbal (Valdemorales-Zarza de Montánchez, Cáceres). *Norba. Revista de Historia*. Cáceres. 16, p. 75-121.
- HENRIQUES, Francisco; CANINAS, João Carlos; CHAMBINO, Mário (1995) – Rochas com covinhas na região do Alto Tejo português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular). Porto. 35 (4), p. 191-206.
- JORGE, Carlos Gonçalves (1990) – *O concelho de Sabugal em 1758 - Memórias Paroquiais*. Forcalhos: Associação Recreativa e Cultural.
- LLINARES GARCÍA, Mar (2009) – Interpretación y sobreinterpretación en la reconstrucción histórica: una reflexión sobre los petroglifos con podomorfos en Galicia. *Zephyrus*. Salamanca. 64, p. 39-51.
- LÓPEZ PLAZA, M^a Socorro (1999) – Asociación de grabados de “cazoletas” con el megalitismo salmantino. *Zephyrus*. Salamanca. 52, p. 297-302.
- LOUREIRO, Vanessa (2001) – *Levantamento arqueológico de Vilar Maior. Do Paleolítico aos inícios do séc. XX*. Trabalho da Licenciatura de Arqueologia da Universidade Nova de Lisboa.
- MAGRO, Francisco António Costa; GUERRA, M^a Filomena; GONDONNEAU, Alexandra (1998) – Numária de D. Afonso Henriques. *Actas do IV Congresso Nacional de Numismática*. Lisboa, p. 189-204.
- MAGRO, Maria Virgínia (2011) – *Vilar Maior: evolução de um castelo e povoado raiano de Riba-Côa (séc. XI a XV)*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MALVEIRO, José Daniel Braz (2013) – *Estelas Medievais do Distrito de Beja*. Vol. 1. Dissertação de Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MARQUES, Mário Gomes (1996) – História da moeda medieval portuguesa. Sintra: Instituto de Sintra.
- MARTÍN LÓPEZ, M. E.; GARCÍA LOBO, V. (2009) – La epigrafía medieval en España. Por una tipología de las inscripciones, Galende Díaz, J. C. y Santiago Fernández, J. (Dir.) – *VIII Jornadas Científicas sobre Documentación de la Hispania altomedieval*. Madrid: Universidad Complutense, p. 184-213.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2008) – Leoneses y portugueses en el territorio de Sabugal. *Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*. Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal do Sabugal, p. 101-111.
- MARTÍN VISO, Iñaki (2009) – Sabugal Velho y el castillo de Abaroncinos. *Sabucal*. Sabugal. 1, p. 59-74.

- MORAIS, Cristóvão Alão de (1678) - *Pedatura lusitana (nobiliário de famílias de Portugal)*. Tomo 5, Vol. 1. Porto: Livraria Fernando Machado.
- MOREIRA, José Bezeza (1994) – Algumas profissões representadas em estelas discoides portuguesas. *Cuadernos de sección Antropología-Etnografía*. Donostia. 10, p. 271-296.
- MORENO, Humberto Baquero (1999) – A Irmandade de Riba Côa: Novos documentos. *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade, p. 121-129.
- OSÓRIO, Marcos (2006) – *O povoamento romano do Alto Côa* (Territoria; 1). Guarda: Câmara Municipal.
- OSÓRIO, Marcos (2008) – “Catálogo”. Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico. Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal.
- OSÓRIO, Marcos (2012) – *Sortelha: segredos por desvendar*. Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal.
- OSÓRIO, Marcos (2013) – Pedras singulares: Alguns achados arqueológicos enigmáticos do concelho do Sabugal. *Sabucale*. 5. Sabugal, p. 75-90.
- OSÓRIO, Marcos (2014a) – A longa história das estruturas defensivas de Alfaiates. Da Idade do Ferro às Invasões Francesas. *Sabucale*. 6, Sabugal, p. 23-68.
- OSÓRIO, Marcos (2014b) – A propósito das marcas cruciformes do concelho do Sabugal. *Judeus, judiarias e cristãos-novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, p. 157-166.
- ROBALO, Elisabete (2009) – Marcas de canteiro dos castelos do Concelho de Sabugal. *Sabucale*. Sabugal. 1, p. 39-58.
- RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia (2010) – Paleografia epigráfica: la transición hacia la letra gótica minúscula en las inscripciones españolas. In Martín López, M. E.; García Lobo, V. (coord.) - *Las inscripciones góticas*. II Coloquio Internacional de Epigrafía Medieval (León, 11 al 15 de septiembre 2006). León: Corpus Inscriptionum Hispaniae Mediaevalium, p. 391-400.
- SANTOS, Carla Alexandra (2014) – Judeus e cristãos-novos de Trancoso. História e Património. *Judeus, judiarias e cristãos-novos na Beira Interior*. Guarda: Agência para a Promoção da Guarda, p. 175-198.
- SOUSA, José M^a Cordeiro de (1937) – Apontamentos de epigrafia portuguesa. 2^o ed. [Lisboa]: Empresa Nacional de Publicidade.
- TRACCE (2015) – Podomorfos, footprints, pediformi, pédiformes. *Online Rock Art Bulletin*. 34. Disponível na Internet em <http://www.rupestre.net/tracce/?p=9257#more-9257> (Arquivo consultado em junho de 2015).

(*) Gabinete de Arqueologia e Museologia do Município do Sabugal e Centro de Estudos de Arqueologia, Arte e Ciências do Património.